

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO POLÍTICAS
PÚBLICAS**

PORTO ALEGRE, MARÇO DE 2009

SUMÁRIO

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PROJETO DO CURSO	3
1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PROPONENTE DO CURSO	4
1.1 BREVE APRESENTAÇÃO DA UNIDADE	4
1.2 COORDENADORES DO PROJETO	5
2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO.....	5
2.1 O CURSO POLÍTICAS PÚBLICAS	5
2.2 FINALIDADE DO CURSO E JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA	6
3 OBJETIVOS, HABILIDADES E COMPETÊNCIAS DO CURSO	13
3.1 OBJETIVOS DO CURSO	13
3.2 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	14
3.2.1 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES GERAIS	14
3.2.2 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES ESPECÍFICAS	14
4 PERFIL DO EGRESSO.....	15
5 ÁREA DO CONHECIMENTO.....	15
6 ÁREAS DE ATUAÇÃO.....	16
7 PROPOSTA PEDAGÓGICA E ESTRUTURA CURRICULAR	17
7.1 ATIVIDADES DE ENSINO: DISCIPLINAS TEÓRICAS	19
7.2 ATIVIDADES DE ENSINO: ESTÁGIO CURRICULAR	23
7.3 ATIVIDADE DE ENSINO: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	24
7.4 ATIVIDADES DE ENSINO: CRÉDITOS COMPLEMENTARES	25
7.5 CORRESPONDÊNCIA ENTRE COMPETÊNCIAS E HABILIDADES ESPECÍFICAS E OFERTA DISCIPLINAR	26
8 ENSINO-APRENDIZAGEM.....	28
8.2 ENSINO-APRENDIZAGEM: AVALIAÇÃO	29
9 DEPARTAMENTOS ENVOLVIDOS COM O PROJETO	30
10 CORPO TÉCNICO E DOCENTE	31
10.1 PESSOAL TÉCNICO	31
10.2 PESSOAL DOCENTE	32
11 INFRA-ESTRUTURA	32
11.1 ÁREA FÍSICA	32
11.2 RECURSOS MATERIAIS E INFORMACIONAIS	33
12 BIBLIOTECA	34
13 IMPLANTAÇÃO.....	35
REFERÊNCIAS.....	37

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

Coordenadores

Soraya M. Vargas Cortes – Professora associada, doutora, dedicação exclusiva, Departamento de Sociologia (Coordenadora)

André Marengo dos Santos – Professor associado, doutor, dedicação exclusiva, Departamento de Ciência Política (Vice-coordenador)

Membros da Equipe

Carlos A. Steil – Professor associado, doutor, dedicação exclusiva, Departamento de Antropologia

Ivaldo Gehlen – Professor associado, doutor, dedicação exclusiva, Departamento de Sociologia

José Carlos Gomes dos Anjos – Professor associado, doutor, dedicação exclusiva, Departamento de Sociologia

Maria Izabel Saraiva Noll – Professora associada, doutora, dedicação exclusiva, Departamento de Ciência Política

Maria Susana Arroza Soares – Professora associada, doutora, dedicação exclusiva, Departamento de Sociologia

Ondina Fachel Leal - Professora titular, doutora, dedicação exclusiva, Departamento de Antropologia

Sonia M. Karam Guimarães – Professora titular, doutora, dedicação exclusiva, Departamento de Sociologia

1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PROPONENTE DO CURSO

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	
Endereço: Av. Bento Gonçalves, 9500 - Prédio A1 - Sala 109 - Campus do Vale	
Cidade: Porto Alegre	
Estado: Rio Grande do Sul	CEP: 91509-900
Fone: 51 33089800	
Fax: 51 33087306	E-mail: ifchdir@ufrgs.br

1.1 BREVE APRESENTAÇÃO DA UNIDADE

O Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UFRGS foi criado em 1970 em decorrência da reforma universitária, que dividiu a antiga Faculdade de Filosofia em diversas unidades universitárias. Os três cursos de graduação que são ministrados no Instituto, atualmente, já existiam na Faculdade de Filosofia. Os cursos de História e Filosofia datam de 1943 e o curso de Ciências Sociais, de 1959.

Atualmente, além de seus três cursos de graduação, o IFCH conta com seis cursos de pós-graduação, cinco deles com mestrado e doutorado, cuja qualidade é atestada pelos conceitos atribuídos pela Capes (dois cursos com conceito seis, três com cinco e um com quatro). Anualmente, são realizados cursos de especialização e extensão nas áreas de conhecimento de seus departamentos. Dentre esses se destaca oito edições do Curso de Especialização em Projetos Sociais e Culturais que já formaram mais de 600 alunos, a maioria deles servidores públicos e integrantes de organizações não governamentais, e os Cursos de Especialização na área de Segurança Pública que, desde 1998, já formaram mais de 1.000 alunos, a maioria deles servidores da Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Municipal, Corpo de Bombeiros, Polícia Federal e Sistema Penitenciário.

As atividades de pesquisa do Instituto desenvolvem-se em seus numerosos grupos e núcleos de pesquisa¹. Sua produção intelectual é veiculada em periódicos científicos nacionais e internacionais, e em livros. Todo esse programa acadêmico do IFCH está a cargo de cinco departamentos: Antropologia, Ciência Política, Filosofia, História e Sociologia.

A biblioteca do IFCH se encontra entre as mais importantes na área de humanidades do País. O Instituto publica um conjunto significativo de periódicos acadêmicos ligados aos programas de pós-graduação, aos núcleos de pesquisa e à Direção. Ao longo de seus 35 anos de existência, o Instituto tem tido uma presença marcante no debate das grandes

¹ www.ufrgs.br/ifch/

questões acadêmicas e dos problemas nacionais e internacionais. Suas intervenções têm tido a marca do pluralismo teórico-metodológico, da defesa da liberdade acadêmica e dos princípios de publicidade e transparência.

Sem abrir mão de seus princípios, o Instituto, através de seus docentes e egressos, integrou-se como analista e agente ativo na trajetória centenária da UFRGS de participação nos processos políticos nacionais e globais colaborando, assim, para a consolidação da democracia e para a construção de uma sociedade mais justa. O curso ora proposto contará com a expertise de seus docentes, pesquisadores e técnicos científicos, com uma adequada capacidade instalada – em termos de infra-estrutura e recursos humanos acadêmicos e administrativos – e, principalmente, com a disposição de seguir inovando e contribuindo para a formação de profissionais que as novas realidades nacional e internacional estão a exigir.

1.2 COORDENADORES DO PROJETO

Coordenadores do Projeto
Nome: Soraya Maria Vargas Cortes e André L. Marengo dos Santos
Fone: 51 33087007 -
Fax: 51 33087007 -
E-mail: scortes@via-rs.net - andre.marengo@terra.com.br

2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO

2.1 O CURSO POLÍTICAS PÚBLICAS

Denominação	Curso Políticas Públicas Habilitação: Analista de Políticas Públicas
Total de vagas anuais (em uma entrada)	50
Número de alunos por turma	50
Turnos de funcionamento	Noite
Disciplinas teóricas:	1.960 horas
Disciplinas/Atividades teórico-práticas:	320 horas
Estágio:	120 horas
Carga horária total do curso	2.400
Integralização da carga horária do curso: limite mínimo e máximo	De oito a dezesseis semestres
Bases legais do curso	Conselho Nacional de Educação, Resolução nº 2/2007. <i>Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.</i>

Objetivos do Curso	<p>Formar analistas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • com conhecimentos sobre o Estado e suas relações com a sociedade, especialmente nos campos da sociologia, da ciência política e da antropologia, com vista à sua aplicabilidade na análise e no desenvolvimento de ações na esfera estatal da sociedade civil e do mercado; • com conhecimentos multidisciplinares para realizar análises, elaborar planos, formular, implementar e avaliar políticas, programas, projetos e ações em âmbito regional, nacional e internacional; • habilitados a assessorarem atores políticos individuais e coletivos na formulação e implementação de ações no âmbito das políticas públicas; • capazes de criar instrumentos e desenvolver tecnologias de análise e intervenção social, utilizando os recursos políticos, financeiros e tecnológicos que os governos, as organizações internacionais e da sociedade civil e do mercado dispõem; • habilitados a formular e implementar políticas, programas e projetos voltados ao fortalecimento da democracia, da cidadania, do bem estar social e dos direitos humanos e ambientais.
Perfil de Egresso Pretendido	<p>O egresso do curso tem competência para analisar, organizar, dirigir, implementar e monitorar atividades referentes à formulação e à execução de ações no campo do planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas. O egresso aplicará suas habilidades em organizações nacionais, sub-nacionais e internacionais, públicas, sociais e de mercado, utilizando recursos das áreas de Administração, Antropologia, Ciências Jurídicas, Ciência Política, Economia, Psicologia, Relações Internacionais e Sociologia, para a formulação e implementação de políticas públicas eficazes.</p>
Peso das provas do Concurso Vestibular *	<p>Física – 1 Literatura de Língua Portuguesa – 1 Inglês – 2 Língua Portuguesa e Redação – 3 Biologia – 1 Química – 1 Geografia – 2 História – 2 Matemática – 2</p>

* O peso (2) a ser atribuído à prova de matemática no vestibular visa o ingresso de um aluno com aptidão para o manuseio de métodos e técnicas quantitativas, necessárias à atividade profissional do Analista em Políticas Públicas, como compreensão do orçamento público, interpretação de indicadores sociais e públicos.

2.2 FINALIDADE DO CURSO E JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA

A partir da década de 90 do século passado, cresceu a importância do campo das políticas públicas e da capacitação de atores políticos para a análise e ação na área. Isso está relacionado, ao menos em parte, a transformações ocorridas nos processos decisórios e de implementação de políticas ocorridas nos últimos anos, no País. Em primeiro lugar, merece destaque a constituição de mecanismos de democratização e o incremento na competição eleitoral e responsabilização das autoridades governamentais e seu impacto sobre alocação de recursos públicos e investimento social. Além da consolidação dos mecanismos tradicionais de funcionamento das democracias liberais, no Brasil, há inúmeras experiências de planejamento e gestão participativas (orçamentação participativa, conselhos gestores de políticas públicas, entre outras). Em segundo lugar, os processos de descentralização em diversas áreas de ação governamental colocaram as instâncias sub-nacionais no centro do processo de implementação de políticas. Particularmente os

municípios se ressentem da falta de quadros habilitados para a análise e para a ação em contextos nos quais se tornaram o principal caudatário da transferência de funções, anteriormente vinculadas à esfera federal de administração. Em terceiro lugar, alterações nas regras que organizam as relações entre o setor público e o privado, a implantação de marcos regulatórios e a alteração dos arranjos para o financiamento da provisão e para a própria provisão de bens e serviços públicos, passaram a demandar profissionais capacitados para analisar e atuar como formuladores e gestores de políticas, programas e projetos no âmbito das políticas públicas.

O curso Políticas Públicas visa formar profissionais em nível de graduação para atuarem na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. O Analista de Políticas Públicas exercerá atividades de nível superior, compreendendo a análise, o assessoramento especializado, a coordenação e a execução de ações no campo das políticas públicas, inclusive na área internacional. O curso oferecerá aos estudantes uma visão multidisciplinar abrangente do Estado e de suas relações com a sociedade civil e o mercado e desenvolverá suas habilidades de análise e de ação sustentadas em uma visão política, social, econômica, administrativa e jurídica, com vistas à implementação de políticas públicas eficazes.

Na década de 90, no Brasil, as políticas públicas começam a assumir status e visibilidade próprios como evidencia a constituição de cursos de graduação e de pós-graduação sobre o tema e, principalmente, a criação de disciplinas e de linhas de pesquisa relacionadas à temática em cursos de graduação e de pós-graduação, de diversas áreas disciplinares. A formação de analistas capazes de intervir no campo das políticas públicas requer uma perspectiva multidisciplinar, pois as dimensões macro-sociais, abordadas sob diferentes ângulos pelas áreas de ciência política, ciências jurídicas, economia e sociologia são necessárias para explicar porque determinadas políticas são formuladas e implementadas e o modo como são executadas.

O curso propiciará a compreensão dos padrões organizativos das instituições políticas que se refere: às regras que regem os processos de implementação de políticas públicas, às estruturas federativas; à divisão de responsabilidades e recursos entre governos sub-nacionais e atores da sociedade civil e do mercado na formulação e implementação de políticas públicas; e aos mecanismos de controle sobre burocracias governamentais e não governamentais envolvidas em tal formulação e implementação. Os profissionais serão preparados para entender os processos de estatização e de privatização da proteção e dos cuidados públicos, inseridos em moldura institucional, histórica e sociológica, que contextualiza e restringe as escolhas, preferências e decisões de atores e organizações. A comparação entre Blocos Econômicos, países, estados e municípios, em diversas dimensões, será indissociável nessas análises. Assim os analistas a serem

formados poderão entender e intervir em processos político-institucionais conscientes dos impactos de longo prazo que suas ações produzirão nas instituições e dinâmicas políticas da área de políticas pública.

A partir do final da década de 90, passaram a ser particularmente relevantes para a análise e ação no campo das políticas públicas os padrões constituídos por grandes reformas nacionais e pelas relações entre os níveis nacional e sub-nacionais de governo. No caso brasileiro, a Ciência Política e a Administração Pública têm contribuído para o entendimento dos processos de descentralização e de redefinição das relações entre os níveis de governo, dos papéis e das capacidades administrativas e decisórias de municípios, estados e do governo federal; as relações entre políticos e burocracias, competição eleitoral e seu impacto na agenda congressual, coalizões governamentais e seu impacto sobre a estabilidade e desempenho governamental, o debate sobre processos de delegação e controle sobre burocracias públicas. A sociologia política, por sua vez, tem investigado as relações entre capital social e produção de políticas. Diferentes tipos e níveis de engajamento cívico, as percepções e atitudes das elites e os padrões historicamente estruturados de interação social são examinados através da teoria do capital social, e de sua problematização, na busca de explicações para as diferenças de desempenho na implementação de políticas públicas.

As contribuições da Economia, Administração, Ciência Política, Sociologia, e Antropologia são fundamentais para a compreensão não apenas das condições nas quais atores políticos tomam decisões e fazem escolhas no campo das políticas públicas, mas também das oportunidades abertas e das conseqüências de determinadas decisões e escolhas. A Administração Pública e a Psicologia Organizacional desenvolveram - em uma perspectiva multidisciplinar - um conjunto de recursos e instrumentos que permitem aos atores políticos agir - no planejamento, gestão, monitoramento e avaliação - com o objetivo de produzir mudanças em contextos institucionais e sociais. Para isso são de fundamental importância as novas ferramentas conceituais desenvolvidas pela antropologia, sociologia, ciência política e geografia que permitem examinar sob outros ângulos os processos decisórios e de implementação de políticas. Tais instrumentos favorecem a incorporação da dimensão sócio-espacial - áreas territoriais das cidades, metrópoles, estados, países - à análise e ao processo decisório, entendida como indutora de exclusão social, vulnerabilidade social, diferentes tipos de "riscos" sociais, ou padrões de interação social. Permitem também que se identifiquem comunidades de especialistas em políticas públicas específicas e sua influência em processos decisórios que ocorrem em contextos de redes políticas nas quais diversos atores se confrontam, articulam e constroem consensos provisórios ou estratégicos para a formulação e implementação de políticas públicas. O curso Políticas Públicas incorpora tais contribuições, considerando que o analista a ser

formado deverá ser capaz tanto de compreender os contextos em que atua como de agir sobre eles.

No curso aqui proposto há duas ênfases: Políticas Sociais e Governo. As políticas sociais são implementadas de forma sistemáticas em países capitalistas desde a segunda metade da década de 40, no período pós II Guerra Mundial, especialmente na Europa Ocidental. Na América Latina, a manutenção de altos níveis de desigualdades sociais contribuiu para a reflexão sobre suas origens e a elaboração de propostas que redefiniram os modelos latino-americanos anteriores, restritivos tanto à oferta de benefícios e de serviços quanto ao acesso aos mesmos. A constituição do Mercosul e de outros blocos regionais desencadeou o debate público e das análises dessas políticas em termos regionais e globais e a realização de ações voltadas à harmonização das políticas sociais.

O Brasil tem participado do esforço, em anos recentes, de análises de políticas sociais e de processos governamentais e de construção e implementação sistemática de políticas voltadas para a construção de um Estado de bem estar brasileiro. Desde o final dos anos 1980, expandiram-se os gastos e o número de pessoas beneficiadas com bens e serviços financiados com recursos públicos, cuja provisão era em grande parte, e crescentemente, privada. Nos anos 90 do século passado e na presente década houve: o reforço da oferta de serviços sociais básicos, de caráter universal, envolvendo os programas de previdência social, saúde, educação, assistência social, habitação e saneamento; a ênfase nos programas de trabalho, emprego e renda, voltados para gerar novas oportunidades de trabalho e eliminar formas socialmente discriminatórias ainda prevalentes no mercado de trabalho; a forte ênfase em programas prioritários, voltados para o combate à pobreza, através de uma mescla entre programas universais e programas focalizados (DRAIBE, 2002).

O impacto social do crescimento do sistema de proteção brasileiro não é desprezível, nem em termos da diminuição das desigualdades, nem no aumento de organizações públicas e privadas envolvidas no financiamento, planejamento, implementação, gestão e avaliação das ações desse sistema. Embora as desigualdades sociais continuem imensas no País, não há dúvidas de que, desde 2002, elas se atenuaram (MEDEIROS et al., 2007). Mesmo que o sistema de proteção social não seja o único responsável por tais resultados, não há dúvidas sobre o impacto positivo do aumento do gasto social público² e da implementação de programas de transferência de renda como o Bolsa Família, que atinge cerca de 50 milhões de brasileiros, ou da extensão da previdência social para as populações da área rural.

² Em 1995, o gasto social público correspondia a 21% do PIB nacional: 11% no nível federal; 5%, no estadual; e 4%, no municipal (FERNANDES, et al., 1998). Observe-se que entre 1995 e 2005, o gasto social federal evoluiu de 11% para 14% do PIB nacional (CASTRO et al., 2007).

A atuação governamental, nas duas últimas décadas, ampliou-se na área de segurança pública, principalmente, através de práticas punitivas, expressas no aumento do encarceramento no País. No entanto, as análises sobre o fenômeno da violência têm apontado a necessidade de examiná-lo através de uma perspectiva multidisciplinar para que as ações dos gestores e operadores da área incorporem as preocupações com grupos em situação de vulnerabilidade social e com a persistência de graves violações de Direitos Humanos. O estudo do fenômeno da violência e as ações implementadas têm se articulado às áreas de políticas sociais, marcadamente as de educação e de saúde. Sob essa nova ótica foi criado Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), em 2003, para integrar as ações federais, estaduais e municipais na área da segurança pública com o objetivo de prevenir, criar meios que possibilitem a análise do fenômeno da violência, o planejamento de estratégias, a avaliação e o monitoramento de ações.

O crescimento do papel dos governos e a expansão das políticas sociais tiveram também como consequência o aumento do número de pessoas ocupadas na administração pública no País. Em 1992, 4,5% das pessoas ocupadas, com dez anos ou mais, estavam empregadas no setor público, enquanto em 2007 o percentual subiu para 8,6% (IBGE, PNAD, 2008). No entanto, há muito mais pessoas ocupadas em atividades relacionadas à provisão de serviços ou bens públicos, uma vez que grande parte dessa provisão é realizada por organizações da sociedade civil e de mercado.

Este curso visa preparar profissionais para atuarem na administração pública e em organizações internacionais, sociais e de mercado, capazes de analisar as relações entre o Estado e a sociedade de uma forma integrada, examinando suas problemáticas e tendências e intervindo para a consecução de políticas eficazes. Esses profissionais deverão, também, conhecer as possibilidades e limites políticos e administrativos decorrentes dos processos de descentralização e democratização da gestão pública em curso no País. Além disso, deverão avaliar a influência das organizações e agências internacionais na formação da agenda e na definição da natureza das políticas adotadas no Brasil e em outros países. O curso enfatizará as análises comparativas entre países e blocos - Comunidade Européia e Mercosul – preparando os profissionais para atuarem nas organizações regionais, como representantes brasileiros nos blocos ou como funcionários dessas organizações.

Apesar da crescente importância das políticas sociais e da atuação governamental, do aumento dos empregos na administração pública ou em organizações não governamentais e privadas, que atuam no campo das políticas sociais, da consolidação gradativa do Mercosul e do avanço da participação do País no processo de mundialização, são poucos os centros de ensino superior e os cursos que preparam profissionais para atuarem na área. O Censo da Educação Superior de 2006 constatou a existência de 90

cursos de graduação que oferecem diferentes tipos de formação para gestão pública. Desses, 60 (67%) são cursos tecnológicos: 54 na área de Administração Pública; cinco na área de Segurança Pública e um na área de Competências Gerenciais voltadas para o terceiro setor. Do total de 91 cursos somente três são da área de Ciências Sociais e apenas cinco estão localizados no Rio Grande do Sul. A formação de quadros qualificados, com uma visão multidisciplinar das relações entre Estado e sociedade e sobre o papel dos governos, não tem sido objeto de preocupação das Instituições de Ensino Superior.

O curso proposto visa a suprir tal lacuna, formando profissionais que deverão cumprir um papel estratégico no processo de aceleradas mudanças que afetam o arranjo social atual. Profissionais capazes de atuarem na administração pública, em organizações internacionais, da sociedade civil e do mercado, aptos a se posicionem sobre o papel do Estado, da sociedade civil e do mercado na provisão de bens e serviços públicos, sobre a mundialização, as mudanças nos padrões de emprego, a desindustrialização e o crescimento do setor de serviços da economia são essenciais na atual conjuntura.

Uma iniciativa da UFRGS nesse sentido foi a criação do Centro de Estudos Internacionais de Governo (CEGOV) em 2008. O CEGOV tem por objetivos realizar estudos e pesquisas interdisciplinares focalizados sobre a avaliação da ação governamental, no Brasil e em perspectiva comparada, bem como sediar cursos de pós-graduação e desenvolver atividades de extensão. O Centro reúne pesquisadores de alto nível de várias áreas da Universidade, com especial destaque nas áreas de Economia, Ciência Política, Sociologia, Direito, Administração e Relações Internacionais, além de pesquisadores com forte vínculo com áreas especializadas de políticas públicas, tais como saúde, educação, esporte, segurança pública, política externa e defesa e diversos núcleos de pesquisa tradicionais da UFRGS. O CEGOV desenvolve atividades de natureza acadêmica, relacionados aos seguintes tópicos: a) Política Internacional e Governança. b) Economia brasileira e internacional; c) Instituições políticas comparadas: modelos institucionais e processos decisórios; d) Serviço público, gestão e reformas administrativas, controles democráticos e descentralização; e) Monitoramento e avaliação de políticas públicas.

O egresso do curso Políticas Públicas poderá vir a exercer suas funções de forma flexível, descentralizada e criativa, aptos a responder, em organizações do Estado, internacionais, da sociedade civil e do mercado. Ele estará capacitado para compreender e dimensionar as demandas que o avanço da democracia e da consciência dos direitos humanos, sociais, étnicos, sexuais, de gênero estão inscrevendo na agenda pública. A criação deste curso pela UFRGS constituir-se-á em uma resposta altamente relevante às demandas da comunidade por profissionais qualificados para a formulação de soluções a problemas sociais que atingem significativa parcela da população do Estado e do País.

3 OBJETIVOS, HABILIDADES E COMPETÊNCIAS DO CURSO

3.1 OBJETIVOS DO CURSO

O curso Políticas Públicas visa a formar Analistas de Políticas Públicas:

- com conhecimentos sobre o Estado e suas relações com a sociedade, especialmente nos campos da sociologia, da ciência política e da antropologia, com vista à sua aplicabilidade na análise e no desenvolvimento de ações na esfera estatal da sociedade civil e do mercado;
- com conhecimentos multidisciplinares para realizar análises, elaborar planos, formular, implementar e avaliar políticas, programas, projetos e ações em âmbito regional, nacional e internacional;
- habilitados a assessorarem atores políticos individuais e coletivos na formulação e implementação de ações no âmbito das políticas públicas;
- capazes de criar instrumentos e desenvolver tecnologias de análise e intervenção social, utilizando os recursos políticos, financeiros e tecnológicos que os governos, as organizações internacionais e da sociedade civil e do mercado dispõem;
- habilitados a formular e implementar políticas, programas e projetos voltados ao fortalecimento da democracia, da cidadania, do bem estar social e dos direitos humanos e ambientais.

3.2 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

3.2.1 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES GERAIS

O Analista em Políticas Públicas deverá estar apto a:

- analisar, assessorar, implementar, avaliar atividades relacionadas ao planejamento e à execução de ações voltadas à gestão de políticas sociais, processos e ações governamentais;
- participar da elaboração, implementação e avaliação dos impactos de políticas, programas, projetos e ações sociais, propostas por governos, organizações internacionais, organizações da sociedade civil, entidades empresariais ou de origem mista;
- avaliar os resultados de políticas sociais voltadas ao incremento o desempenho de instituições públicas, combinadas à transparência e à efetividade de mecanismos de prestação de contas governamentais;
- contribuir para a efetividade e a qualidade da atuação do Poder Legislativo, subsidiando a elaboração de projetos de lei, conforme os marcos constitucionais e legais, monitorando a ação de instituições governamentais;
- assessorar partidos, organizações não-governamentais, organizações internacionais, associações, imprensa, Poder Judiciário e empresas na formulação de políticas sociais, na avaliação de políticas, programas, projetos e ações e do impacto e efetividade de investimentos e ações sociais.

3.2.2 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES ESPECÍFICAS

Para o desempenho de suas atividades profissionais o Analista em Políticas Públicas deverá possuir:

- formação multidisciplinar e treinamento para realizar análise de políticas públicas e de ações governamentais, elaborar diagnósticos, monitorar e avaliar a implementação e o resultado de políticas e formular de alternativas e propostas inovadoras;
- sólida formação metodológica e conhecimento de diferentes técnicas e instrumentos de análise de dados para desenhar e realizar pesquisas, coletar e processar dados e informações (interpretar evidências empíricas, realizar teste de hipóteses, desenvolver inferências causais, elaborar e interpretar indicadores de sociais e de políticas públicas);
- conhecimento de metodologia comparativa, para realizar análises em âmbito internacional, nacional e sub-nacional, orientadas, principalmente, para a compreensão e explicação de variações na configuração de (a) relações entre Estado, sociedade civil e

mercado; (b) investimentos e políticas sociais implementadas em democracias contemporâneas e as causas para a expansão em políticas de bem-estar social ; (c) estruturas institucionais de governos poliárquicos contemporâneos e (d) configuração da sociedade civil, especialmente no que se refere a natureza do capital social (regras, normas, tipos de laços de confiança e reciprocidade) e nas trajetórias associativas de suas organizações;

- conhecimento sobre (1) os marcos constitucionais, estrutura institucional e administrativa do Estado brasileiro, (2) os processos de estratificação social, as tendências demográficas, os indicadores sociais e de desenvolvimento humano, a participação política e associativa , (3) a política internacional brasileira, as organizações internacionais e as agências de cooperação Internacional;
- formação para o exercício de atividades de análise da administração orçamentária, da legislação, de indicadores sociais, econômicos, político-institucionais e de impacto de políticas públicas, inclusive na área internacional;
- capacitação para o assessoramento especializado, a coordenação e a execução de ações de planejamento, de elaboração de projetos e relatórios, de monitoramento e avaliação de processos de implementação e de resultados de políticas públicas, inclusive em âmbito internacional.

4 PERFIL DO EGRESSO

O egresso do curso Políticas Públicas será um profissional com competência para analisar, assessorar, organizar, dirigir, implementar e avaliar atividades referentes ao planejamento, à formulação e à execução de ações no campo das políticas públicas. Poderá atuar também na gestão e avaliação de políticas e processos governamentais. O egresso desenvolverá atividades em organizações nacionais e internacionais, públicas, sociais e de mercado, governamentais e não-governamentais.

5 ÁREA DO CONHECIMENTO

Grande Área:	Ciências Humanas 7.00.00.00-0
Área:	Sociologia 7.02.00.00-9 Ciência Política 7.09.00.00-0 Antropologia 7.03.00.00-3
Subárea:	Políticas Públicas 7.09.04.00-6 Outras Sociologias Específicas – Sociologia Política 7.02.07.00-3
Especialidades:	Análise de Processos Decisórios Antropologia Política

Classes Sociais e Grupos de Interesse Comportamento Legislativo Cooperação Internacional Estado e Governo Estudos de Poder Local Estudos Eleitorais e Partidos Políticos Organizações Não Governamentais Movimentos Sociais Políticas de Segurança e Violência Política Internacional Relações Inter-governamentais Políticas de Saúde Sociologia do Desenvolvimento Políticas de Educação Políticas Agrárias Políticas de Cultura Políticas de Ciência e Tecnologia Políticas de Trabalho Políticas Ambientais Políticas de Inclusão Social

6 ÁREAS DE ATUAÇÃO

Considerando as habilidades gerais e específicas adquiridas pelos egressos, o profissional Analista em Políticas Públicas poderá atuar em órgãos e instituições inter-governamentais nacionais e internacionais; em órgãos e instituições governamentais nacionais e sub-nacionais; em instituições públicas, privadas e organizações sociais; em agências nacionais e internacionais de fomento, cooperação e desenvolvimento; em fundações de estudos; junto ao Poder Legislativo; junto a Partidos Políticos; em organizações associativas; em organizações não governamentais; e em empresas.

O profissional desenvolverá atividades de:

- elaboração, de implementação e de acompanhamento de políticas públicas;
- elaboração de indicadores e métodos para o monitoramento e avaliação de políticas públicas, do desempenho, da transparência e da responsabilização governamentais;
- consultoria, de assessoria e de coordenação na elaboração de projetos para ampliar o controle e o monitoramento da atuação de autoridades e agências governamentais e inter-governamentais;
- consultoria, de assessoria e de coordenação na elaboração de diagnósticos e de avaliações da efetividade e eficácia de serviços públicos e programas sociais;
- consultoria e de assessoria na prospecção de problemas e de demandas sociais relevantes para a atividade de representação legislativa;

- consultoria e de assessoramento para a captação de recursos públicos federais, estaduais, internacionais e privados, para desenvolver programas sociais, para implementação, monitoramento e avaliação de programas, projetos e ações sociais, para a capacitação de servidores públicos e para a ampliação da transparência na gestão pública;
- elaboração, de aplicação e de análise de pesquisas de opinião pública sobre temas relacionados à instituições governamentais, serviços públicos, políticas sociais;
- consultoria, de assessoria e de coordenação na elaboração de projetos, na produção de análises e de diagnósticos sociais e políticos destinados a subsidiar a ação de entidades da sociedade civil.

7 PROPOSTA PEDAGÓGICA E ESTRUTURA CURRICULAR

O curso Políticas Públicas tem um campo empírico determinado - as políticas públicas - uma abordagem multidisciplinar e é de natureza aplicada. O foco temático delimitado e a formação profissional aplicada diferenciam o curso Políticas Públicas daqueles que oferecem uma formação humanista e generalista, como, em geral, os cursos tradicionais na área de ciências humanas, especialmente o de Ciências Sociais.

O curso é composto por áreas consolidadas de ensino em cursos oferecidos em instituições tradicionais como o curso de Government da John F. Kennedy School da Harvard University³, os cursos de Government e de Social Policy da London School of Economics and Political Science^{4 5} da University of London e de Comparative Social Policy da University of Oxford⁶. Essas áreas definem-se a partir da percepção de que o desenvolvimento de “capacidades estatais” (TILLY, 2007) é um elemento fundamental para a melhoria da qualidade democrática e para a promoção de políticas que visem à redução de desigualdades sociais e o desenvolvimento. Os egressos do curso estarão habilitados a propor, monitorar e avaliar os resultados de políticas sociais voltadas ao incremento do desempenho de instituições públicas, combinadas à transparência e à efetividade de mecanismos de prestação de contas governamentais. Estes profissionais poderão potencializar as capacidades estatais para promover o desenvolvimento e reduzir as desigualdades sociais e, ao mesmo tempo, implantar mecanismos de publicização e *accountability* do processo de tomada de decisões relativas à formulação e à implementação de políticas, programas, projetos e ações.

³ <http://webdocs.registrar.fas.harvard.edu/courses/Government.html>

⁴ <http://www.lse.ac.uk/resources/undergraduateProspectus2009/courses/Government/L230.htm>

⁵ http://www.lse.ac.uk/resources/undergraduateProspectus2009/courses/Social_Policy/L400.htm

⁶ <http://www.spsw.ox.ac.uk/students/prospective/courseinfo/msc-mphil-csp.html>

Além de atuarem na esfera governamental, eles poderão exercer atividades junto a organizações da sociedade civil, nacionais e internacionais, e a organismos inter-governamentais internacionais. Para isto, o aluno deverá adquirir uma sólida formação metodológica e conhecimento de diferentes técnicas e instrumentos de análise de dados que o habilitem a desenhar e a realizar pesquisas, a coletar e a processar dados e informações (interpretar evidências empíricas, realizar teste de hipóteses, desenvolver inferências causais, elaborar e interpretar indicadores de sociais e de políticas públicas).

O curso Políticas Públicas optou por uma perspectiva multidisciplinar, por julgar que seus egressos devem ter uma formação nas áreas de Administração, Antropologia, Ciências Jurídicas, Ciência Política, Economia, Psicologia, Relações Internacionais e Sociologia que, combinados com outros conhecimentos, os habilitem a atuar no âmbito das Políticas Públicas. A estrutura curricular é flexível e tem um elenco de disciplinas obrigatórias (27,5%), obrigatório-alternativas (10%) e eletivas (58,7%). Ela combina a formação multidisciplinar, sem os riscos de uma superficialidade generalista (DOGAN, 1996), com uma opção de ênfase delimitada em torno de Políticas Sociais ou de Instituições e Processos Governamentais.

Disciplinas	Horas
Obrigatórias	660
Eletivas	1410
Obrigatório-alternativas	240
Complementares	90
Total	2400

O curso Políticas Públicas destina-se a formar profissionais para atuarem em organizações públicas, da sociedade civil e de mercado envolvidas na implementação de políticas públicas. Eles deverão participar da elaboração, implementação e avaliação do impacto de políticas, programas, projetos e ações sociais, propostas por governos, organizações internacionais, organizações da sociedade civil, entidades empresariais ou de origem mista.

A vocação do curso assemelha-se a de modelos, bem sucedidos, como os cursos de Government e de Social Policy das Universidades de Harvard, da London School of Economics and Political Science (LSE) e de Oxford, que buscam capacitar seus alunos na análise, na elaboração e na avaliação de políticas sociais, diagnósticos sobre a eficiência, a transparência e a responsabilização governamental e o treinamento metodológico para desenvolver pesquisas aplicadas e avaliar indicadores sociais e políticos. A presente proposta do IFCH visa, por um lado, criar oportunidades para a mobilidade social do profissional egresso deste curso. Ao final dos quatro anos de curso, o aluno terá adquirido o treinamento e as ferramentas técnicas e analíticas necessárias para o exercício de uma

atividade nova e altamente qualificada. Em segundo lugar, como formadora de “quadros de Estado”, a UFRGS estará formando recursos humanos com novas qualificações técnicas, necessárias para a efetividade e a eficácia das políticas públicas. Propondo, monitorando e avaliando políticas, programas, projetos e ações públicas, caracterizadas pela transparência e incorporação de mecanismos de prestação de contas à população, este novo profissional ocupará no mercado de trabalho um espaço, até agora, marcado pela improvisação e pela ausência de qualificação adequada às necessidades de melhoria na prestação de serviços públicos no País.

7.1 ATIVIDADES DE ENSINO: DISCIPLINAS TEÓRICAS

A estrutura curricular e a oferta de disciplinas estão organizadas em dois eixos básicos: *Políticas Sociais* e *Governo*. *Políticas Sociais* corresponde à dimensão das políticas públicas voltadas à oferta de bens e serviços sociais, através de arranjos sociais mistos entre Estado, família, setor voluntário e mercado, para o financiamento, provisão e distribuição de tais bens e serviços. Os conteúdos básicos do eixo envolvem, principalmente, as sub-áreas de conhecimento da sociologia política e das políticas públicas para: (a) a análise do modo como fatores sociais e políticos, macro e micro sociológicos, interagem para produzir tais arranjos sociais em diferentes sociedades e, particularmente, no Brasil; (b) a análise do processo conflitivo e da construção de consensos entre atores Estatais, de mercado e da sociedade civil e do processo de consolidação e mudança institucional envolvidos na oferta de tais bens e serviços, identificando padrões e tendências internacionais, nacionais, sub-nacionais e locais; (c) a análise desses arranjos sociais e processos políticos e institucionais nas diferentes áreas de políticas sociais e no tratamento de temas emergentes na agenda pública (quilombolas, crianças de rua, prevenção da violência, por exemplo) ou transversais às diferentes áreas de políticas sociais (gênero, etnia, por exemplo); (d) a análise dos processos de formação e mudança de tipos de sistemas de bem estar em países desenvolvidos, países em desenvolvimento e principalmente no Brasil; [e] a análise da atuação e da influência de organismos regionais e internacionais na formação e implementação de políticas sociais, particularmente nos países do Mercosul.

O eixo *Governo* compreende conteúdos relativos aos elementos das instituições e dos processos políticos, ou seja, as regras políticas que definem a moldura institucional das decisões públicas, bem como os processos decisórios e seus atores com poder de veto. Disciplinas de conteúdo básico neste eixo contemplam (a) modelos analíticos para a compreensão da dinâmica das instituições políticas em contextos de economia de mercado e de competição eleitoral e os graus de liberdade à disposição das instituições públicas para

a definição de prioridades de gasto e políticas públicas; (b) análise comparada sobre variações em estruturas de governo, relações inter-institucionais entre políticos e burocracias, Executivo-Legislativo e Poder Judiciário e seus efeitos sobre *accountability* em instituições poliárquicas; (c) governo, políticas públicas e federalismo no Brasil.

Um treinamento metodológico, comum à ambos os eixos, completará a formação básica, através de disciplinas obrigatórias que, após oferecer um panorama da pesquisa social contemporânea, abordarão: (a) elaboração de projetos e relatórios diagnósticos de situação, avaliação de processos e resultados, análise e intervenção em diferentes áreas de política social e de instituições e processos governamentais, e, (b) técnicas de coleta e de análise de dados com conhecimentos de estatística descritiva e inferencial, tais como: níveis de mensuração; síntese e apresentação dos dados usando métodos gráficos; distribuição normal; idéias básicas de amostragem e de inferência estatística; amostragem de populações finitas; distribuição amostral de proporções, médias de estimação e teste de hipóteses; testes de ajuste; mensuração de associação e correlação e testes simples de significância; regressão linear simples e múltipla.

O curso Políticas Públicas prevê uma formação básica, com duração de 600 horas de ensino (25% do total do curso), distribuídas nos seis primeiros semestres, nas seguintes disciplinas obrigatórias:

OBRIGATÓRIAS						
Código	Disciplina	Pré-requisitos	Carga Horária	Créditos	Caráter	Etapa
SOC	Políticas Públicas - Introdução	-	60	04	OB	1
CPO	Instituições Políticas Comparadas	-	60	04	OB	1
SOC	Políticas Sociais Comparadas	-	60	04	OB	1
CPO	Governo e Políticas Públicas	Políticas Públicas - Introdução E Instituições Políticas Comparadas	60	04	OB	2
SOC	Análise e Implementação de Políticas Sociais	Políticas Públicas - Introdução E Instituições Políticas Comparadas	60	04	OB	2
CPO	Governo, Federalismo e Políticas Públicas no Brasil	Instituições Políticas Comparadas E Governo e Políticas Públicas	60	04	OB	3
ANT	Etnografias do Poder e da Política	Políticas Públicas - Introdução E Instituições Políticas Comparadas	60	04	OB	3
ECO020012	Economia do Setor Público	Governo e Políticas Públicas E Análise e Implementação de Políticas Sociais	60	04	OB	4
CPO	Metodologia I: Análise de Dados	Governo e Políticas Públicas E Análise e Implementação de Políticas Sociais	90	06	OB	4
SOC	Metodologia II: Instrumentos de Planejamento, Gestão e Avaliação	Metodologia I: Análise de Dados	90	06	OB	5

Na estrutura curricular consta um elenco de disciplinas eletivas, distribuídas nas duas áreas de concentração do curso, além de disciplinas afins, oferecidas em outros cursos de graduação da UFRGS. Do total de 1410 horas cumpridas em disciplinas eletivas, o aluno deverá completar 600 horas em uma das áreas de concentração (Políticas Sociais ou Governo); as demais 810 horas serão por livre escolha do aluno realizadas em disciplinas que integram a ênfase paralela à sua opção, ou disciplinas oferecidas por outros cursos, conforme a grade abaixo.

ELETIVAS Políticas Sociais					
Código	Disciplina	Pré-requisitos	Carga Horária	Créditos	Caráter
ANT	Cidade e Dinâmica Sócio-Cultural		60	04	EL
SOC	Demografia Social e Política Demográfica		60	04	EL
SOC	Direitos Humanos e Relações Internacionais		30	02	EL
ANT	Direitos, Moralidades e Legalidade		30	02	EL
SOC	Elaboração de Projetos de Cooperação Internacional	Governo e Políticas Públicas E Análise e Implementação de Políticas Sociais	60	04	EL
SOC	Elaboração de Projetos Sociais	Governo e Políticas Públicas E Análise e Implementação de Políticas Sociais	60	04	EL
SOC	Estratificação, Diferença e Mobilidade Social	Políticas Públicas - Introdução	60	04	EL
SOC	Etnicidade, Minorias e Políticas Públicas	Políticas Públicas - Introdução	60	04	EL
SOC	Gênero e Políticas Públicas	Políticas Públicas - Introdução	60	04	EL
SOC	Gestão de Projetos e Políticas Sociais	Governo e Políticas Públicas E Análise e Implementação de Políticas Sociais	60	04	EL
SOC	Mediações Políticas e Culturais	Políticas Públicas - Introdução	60	04	EL
SOC	Metodologias Informacionais	Governo e Políticas Públicas E Análise e Implementação de Políticas Sociais	60	04	EL
SOC	Teorias do Bem Estar Social	Políticas Públicas - Introdução	60	04	EL
SOC	Oficina em Políticas Públicas	Metodologia I: Análise de Dados	60	04	EL
SOC	Participação Social e Políticas Públicas		60	04	EL
ANT	Pesquisa Qualitativa em Saúde	Etnografias do Poder e da Política	60	04	EL
SOC	Planejamento Social	Governo e Políticas Públicas E Análise e Implementação de Políticas Sociais			
SOC	Política Internacional Contemporânea	Políticas Públicas - Introdução	60	04	EL
ANT	Políticas Ambientais	Políticas Públicas - Introdução	60	04	EL
SOC	Políticas de Educação	Políticas Públicas - Introdução	60	04	EL
SOC	Políticas de Saúde	Políticas Públicas - Introdução	60	04	EL
SOC	Políticas de Trabalho	Políticas Públicas - Introdução	60	04	EL
SOC	Políticas e Sistemas de Justiça Criminal Contemporâneas	Políticas Públicas - Introdução	60	04	EL
SOC	Políticas Públicas de Segurança	Políticas Públicas - Introdução	60	04	EL
SOC	Seguridade Social: Previdência e Assistência Social	Políticas Públicas - Introdução	60	04	EL
ANT	Regime Global de Propriedade Intelectual		60	04	EL
ANT	Religião, Estado e Sociedade		60	04	EL
ELETIVAS Governo					
Código	Disciplina	Pré-requisitos	Carga Horária	Créditos	Caráter
CPO	Análise Avançada de Dados	Governo e Políticas Públicas	60	04	EL
CPO	Comunicação Política	Governo, Federalismo e Políticas Públicas no Brasil	60	04	EL

CPO	Cultura Política e Capital Social	-	60	04	EL
ECO020013	Economia Brasileira Contemporânea I	Governo e Políticas Públicas	60	04	EL
ECO02024	Orçamento Público B	Governo e Políticas Públicas	60	04	EL
CPO	Eleições e Organização Partidária	Governo, Federalismo e Políticas Públicas no Brasil	60	04	EL
CPO	Estados Nacionais, Fóruns Multilaterais e Integração Regional	Governo, Federalismo e Políticas Públicas no Brasil	60	04	EL
CPO	Gênero e Representação Política	-	60	04	EL
CPO	Governo e Políticas Públicas no Rio Grande do Sul	Governo, Federalismo e Políticas Públicas no Brasil	60	04	EL
CPO	Governo, Controles Públicos e Transparência	Governo, Federalismo e Políticas Públicas no Brasil	60	04	EL
CPO	Instituições Políticas Brasileiras	-	60	04	EL
CPO	Legislativo e Políticas Públicas	Governo, Federalismo e Políticas Públicas no Brasil	60	04	EL
CPO	Modelos de Análise Política	Governo e Políticas Públicas	30	02	EL
CPO	Oficina em Governo	Governo e Políticas Públicas	60	04	EL
CPO	Participação Política	-	60	04	EL
CPO	Participação Política, Conflito de Interesses e Processos Decisórios	Governo, Federalismo e Políticas Públicas no Brasil	30	02	EL
CPO	Partidos, Eleições e Governo	-	60	04	EL
ADM01149	Planejamento Governamental	Governo e Políticas Públicas	60	04	EL
	Política Comparada	-	60	04	EL
ECO02262	Política e Planejamento Econômico	Governo e Políticas Públicas	60	04	EL
CPO	Política Internacional	-	60	04	EL
ADM01175	Relações Inter-governamentais	Governo, Federalismo e Políticas Públicas no Brasil	60	04	EL
CPO	Serviço Público e Reforma do Estado	Governo, Federalismo e Políticas Públicas no Brasil	60	04	EL
CPO	Temas do Pensamento Político Brasileiro	-	60	04	EL

ELETIVAS outras

Código	Disciplina	Pré-requisitos	Carga Horária	Créditos	Caráter
ADM01011	Gestão Estratégica de Recursos Humanos		60	04	EL
ADM01113	Orçamento Público A		60	04	EL
ADM01150	Gestão do Plano de Governo		60	04	EL
ADM01151	Organizações da Administração Indireta		60	04	EL
ADM01152	Administração de Recursos Humanos no Setor Público		60	04	EL
ADM01155	Organização Municipal Brasileira		60	04	EL
ADM01176	Administração Financeira do Setor Público		60	04	EL
BIB02249	Comunicação Comparada		60	04	EL
BIB02255	Teoria da Comunicação		60	04	EL
BIB02432	Comportamento do Consumidor		60	04	EL
DIR01017	Política Criminal Contemporânea		60	04	EL
DIR02015	Infância e Direitos Humanos		60	04	EL
DIR03306	Direito Constitucional I		60	04	EL
ECO020012	Economia do Setor Público		60	04	EL
ECO02004	Economia Básica I		60	04	EL
ECO02009	Economia Brasileira Contemporânea II		60	04	EL
ECO02015	Estado e Economia		60	04	EL
ECO02019	História Econômica Contemporânea		60	04	EL
ECO02035	História Econômica da América Latina		60	04	EL
ECO02245	História do Pensamento Econômico I		60	04	EL
ECO02246	História do Pensamento Econômico II		60	04	EL
ECO02262	Política e Planejamento Econômico		60	04	EL
ECO02267	Economia do Rio Grande do Sul		60	04	EL
ECO02268	Economia do Trabalho e Demografia Econômica		60	04	EL
ECO02273	Análise Macroeconômica		60	04	EL
ECO02289	Economia e Meio Ambiente		60	04	EL
EDU03023	Políticas Governamentais na Educação Brasileira		60	04	EL
EDU03057	Política e Legislação da Educação		60	04	EL
GEO01136	Geografia Política		60	04	EL
HUM01861	Introdução ao Pensamento Filosófico		60	04	EL

HUM03031	Introdução à História do Ocidente	60	04	EL
HUM03321	História Contemporânea	60	04	EL
HUM03366	História do Brasil I-A	60	04	EL
HUM04008	Sociologia da Violência e da Conflitualidade	60	04	OB
HUM04009	Sociologia do Desenvolvimento e de Projetos Sociais	60	04	OB
HUM04802	Sociologia Clássica	60	04	EL
HUM04803	Sociologia Contemporânea	60	04	EL
HUM04805	Sociologia da Diferenciação e Desigualdade Sociais	60	04	OB
HUM04805	Sociologia da Diferenciação e da Desigualdade	60	04	EL
LET02228	Espanhol Instrumental I	60	04	EL
LET02229	Espanhol Instrumental II	60	04	EL
LET02248	Francês Instrumental I	60	04	EL
LET02249	Francês Instrumental II	60	04	EL
LET02268	Inglês Instrumental I	60	04	EL
LET02269	Inglês Instrumental II	60	04	EL
MAT02280	Estatística Básica I	60	04	EL

O núcleo básico de disciplinas obrigatórias, de formação analítica e metodológica, somado às disciplinas eletivas, realizadas dentro da área de concentração escolhida (Políticas Sociais ou Governo), representa 52,5% da carga horária total do curso Políticas Públicas, assegurando núcleo consistente (multi) disciplinar tendo em vista as disciplinas - Antropologia, Ciência Política e Sociologia - que fundamentam a formação do analista.

As disciplinas de livre escolha dos alunos (dentro ou fora do curso) e complementares representarão 37,5% da carga horária total o que assegurará o caráter flexível e multidisciplinar do curso. A concentração de disciplinas eletivas de Políticas Sociais ou de Governo, segundo a ênfase escolhida pelo aluno (Políticas Sociais ou Governo) definirá o perfil do profissional egresso. Os 10% restantes da carga horária corresponderão às atividades de Estágio Curricular e ao Trabalho de Conclusão.

7.2 ATIVIDADES DE ENSINO: ESTÁGIO CURRICULAR

No Estágio os alunos adquirirão experiência profissional. Ele desenvolver-se-á ou em instituições governamentais, ou em fundações públicas, ou junto ao Poder Legislativo, ou em Partidos Políticos, ou em Organizações Internacionais, ou em Organizações Não-Governamentais, ou em entidades e associações da sociedade civil ou em empresas, nos marcos da Lei 11.788/2008. Estão previstas 120 horas de Estágio Curricular, cumpridas em duas disciplinas de caráter obrigatório-alternativo, no quinto e sexto semestres do curso. Para inscrever-se no Estágio 1, o aluno deverá ter cumprido 1.200 horas em disciplinas do curso (ou 50% do total). Conforme a ênfase escolhida (Políticas Sociais ou Governo), o aluno escolherá o local de estágio, dependendo da oferta e correspondente matrícula disciplinar. Semestralmente, será designado um ou mais professores para orientar a atividade de Estágio. Ele deverá avaliar, organizar e aprovar o encaminhamento do aluno para a instituição escolhida, acompanhar as atividades de estágio, através de entrevistas e

relatórios parciais, e avaliar relatório final, aferindo o desempenho de cada aluno e procedendo à avaliação final na atividade.

ESTÁGIOS						
Código	Disciplina	Pré-requisitos	Carga Horária	Créditos	Caráter	Etapa
	Estágio 1	1200 horas (ou 80 créditos)	60	04	OBAL	5
	Estágio 2	Estágio 1	60	04	OBAL	6

7.3 ATIVIDADE DE ENSINO: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A aprovação no curso e a obtenção do grau de Bacharel em Políticas Públicas exige a realização de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), realizado em duas etapas: no sétimo e oitavo semestres. As disciplinas TCC1 (Governo ou Políticas Sociais) terão um professor responsável e o aluno, um professor-orientador, a ser definido entre este e o aluno, encarregado de supervisionar e orientar o desenvolvimento do trabalho final. Ao final do semestre, o aluno deverá apresentar uma primeira versão do trabalho, avaliada pelo professor responsável pela disciplina. Obtida a aprovação, o aluno deverá matricular-se em TTC2 (Governo ou Políticas Sociais). O professor-orientador deverá ser o mesmo. A escolha do outro professor-orientador dependerá de autorização do professor responsável pela disciplina. O trabalho de conclusão deverá utilizar dados e informações coletadas no decorrer do Estágio Curricular. Até o último dia do Calendário da Universidade, deverá ser constituída Banca Examinadora, responsável pela avaliação da versão final do Trabalho de Conclusão, que consistirá em relatório das atividades desenvolvidas durante os Estágios, o qual deverá conter os seguintes quesitos:

- Resumo executivo
- Apresentação e justificativa
- Análise de contexto em foram desenvolvidas as atividades
- Objetivos e metas (propostos e atingidos)
- Público alvo
- Metodologia
- Avaliação das atividades desenvolvidas (explicitando os critérios de avaliação utilizados, implicações institucionais e/ou sociais dos resultados alcançados e perspectivas institucionais e/ou sociais futuras)

TRABALHO DE CONCLUSÃO						
Código	Disciplina	Pré-requisitos	Carga Horária	Créditos	Caráter	Etapa

	Trabalho de Conclusão 1	600 horas OB (40 cred. OB) E 1200 h. EL (80 cred. EL)	60	04	OBAL	7
	Trabalho de Conclusão 2	TCC1	60	04	OBAL	8

7.4 ATIVIDADES DE ENSINO: CRÉDITOS COMPLEMENTARES

São considerados créditos complementares os obtidos na participação em:

- eventos científicos (congressos, simpósios, jornadas, entre outros);
- eventos promovidos por instituições públicas (conferências, plenárias, entre outros);
- estágios extra-curriculares, em instituições públicas, organizações não-governamentais, entidades e associações sindicais, comunitárias, profissionais ou empresariais, organizações regionais ou internacionais;
- atividades de monitoria, educação tutorial, pesquisa e iniciação científica;
- atividades de extensão, disciplinas eletivas e em outros programas de ensino;
- apresentação e publicação de trabalhos de caráter científico ou profissional.

7.5 CORRESPONDÊNCIA ENTRE COMPETÊNCIAS E HABILIDADES ESPECÍFICAS E OFERTA DISCIPLINAR

Competências e Habilidades Específicas	Disciplinas
Formação multidisciplinar e treinamento em análise de políticas públicas e de ações governamentais, em elaboração de diagnósticos, em monitoramento e avaliação da implementação e do resultado de políticas e em formulação de alternativas e propostas inovadoras;	Políticas Públicas - Introdução Governo e Políticas Públicas Análise e Implementação de Políticas Sociais Políticas Sociais Comparadas Governo, Federalismo e Políticas Públicas no Brasil Planejamento Governamental Economia do Setor Público
Sólida formação metodológica e conhecimento de diferentes técnicas e instrumentos de análise de dados que o habilite a desenhar e a realizar pesquisas, a coletar e a processar dados e informações (interpretar evidências empíricas, realizar teste de hipóteses, desenvolver inferências causais, elaborar e interpretar indicadores de sociais e de políticas públicas);	Metodologia I: Análise de Dados Metodologia II: Elaboração de Projeto e Relatório Elaboração de Projetos de Cooperação Internacional Elaboração de Projetos Sociais Metodologias Informacionais Oficina em Políticas Públicas Oficina em Governo Pesquisa Qualitativa em Saúde Planejamento Social Gestão de Projetos e Políticas Sociais Análise Avançada de Dados Modelos de Análise Política
Familiaridade com investigação comparativa, em âmbito internacional, nacional e sub-nacional, orientada, principalmente, para a compreensão e explicação de variações na configuração de (a) relações entre Estado, sociedade civil e mercado; (b) investimentos e políticas sociais implementadas em democracias contemporâneas e as causas para a expansão em políticas de bem-estar social (c) estruturas institucionais de governos poliárquicos contemporâneos e (d) configuração da sociedade civil, especialmente no que se refere a natureza do capital social (regras, normas, tipos de laços de confiança e reciprocidade) e nas trajetórias associativas de suas organizações.	Instituições Políticas Comparadas Políticas Sociais Comparadas Governo e Políticas Públicas Teorias do Estado de Bem Estar Social Política Comparada Partidos, Eleições e Governo Participação Social e Políticas Públicas Direitos Humanos e Relações Internacionais Gênero e Políticas Públicas Gênero e Representação Política Seguridade Social: Previdência e Assistência Social Religião, Estado e Sociedade

<p>Conhecimento sobre [I] marcos constitucionais, estrutura institucional e administrativa do Estado brasileiro; [II] processos de estratificação social, tendências demográficas e familiaridade com indicadores sociais e de desenvolvimento humano [III] política internacional brasileira, organizações internacionais e agências de cooperação Internacional</p>	<p>Governo, Federalismo e Políticas Públicas no Brasil Planejamento Governamental Economia do Setor Público Orçamento Público B Política e Planejamento Econômico Governo, Controles Públicos e Transparência Governo e Políticas Públicas no Rio Grande do Sul Instituições Políticas Brasileiras Legislativo e Políticas Públicas Planejamento Governamental Serviço Público e Reforma do Estado Economia Brasileira Contemporânea Eleições e Organização Partidária Estratificação, Diferença e Mobilidade Social Cidades e Dinâmica Sócio-Cultural Demografia Social e Política Demográfica Etnografias do Poder e da Política Participação Política Participação Social e Políticas Públicas Participação Política, Conflito de Interesses e Processos Decisórios Cultura Política e Capital Social Mediações Políticas e Culturais Análise e Implementação de Políticas Sociais Direitos Humanos e Relações Internacionais Política Internacional Contemporânea Regime Global de Propriedade Intelectual Estados Nacionais, Fóruns Multilaterais e Integração Regional Política Internacional</p>
<p>Formação para o exercício de atividades de análise da administração orçamentária, da legislação, de indicadores sociais, econômicos, político-institucionais e de impacto de políticas públicas, inclusive na área internacional;</p>	<p>Planejamento Governamental Economia do Setor Público Orçamento Público B Governo, Controles Públicos e Transparência Serviço Público e Reforma do Estado Direitos, Moralidades e Legalidade Etnicidade, Minorias e Políticas Públicas Mediações Políticas e Culturais Direitos Humanos e Relações Internacionais Relações Inter-governamentais</p>
<p>Capacitação para o assessoramento especializado, a coordenação e a execução de ações de planejamento, de elaboração de</p>	<p>Elaboração de Projetos de Cooperação Internacional Elaboração de Projetos Sociais</p>

<p>projetos e relatórios, de monitoramento e avaliação de processos de implementação e de resultados de políticas públicas, inclusive em âmbito internacional.</p>	<p>Eleições e Organização Partidária Regime Global de Propriedade Intelectual Etnicidade, Minorias e Políticas Públicas Gestão de Projetos e Políticas Sociais Legislativo e Políticas Públicas Planejamento Social Minorias e Políticas Públicas Políticas e Sistemas de Justiça Criminal Contemporâneas Oficina em Políticas Públicas Oficina em Governo Políticas Públicas de Segurança Proteção Social: Seguro e Seguridade Social Política Ambiental Política de Educação Política de Saúde Política do Trabalho</p>
--	---

8 ENSINO-APRENDIZAGEM

O procedimento de avaliação do aluno seguirá as Normas Básicas da Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Resolução nº17 de 2007). As atividades de ensino-aprendizagem priorizarão, sempre que possível, o trabalho prático, a aplicação de conhecimentos e a possibilidade de expor o aluno à solução concreta de problemas.

A avaliação da implementação e do desenvolvimento do curso Políticas Públicas será feita pela Comissão de Graduação do Curso Políticas Públicas que terá uma matriz de acompanhamento do desenvolvimento do curso, para cada turma. Desta forma identificará suas transformações e reorientará os processos para atingir a melhor formação dos alunos nas competências e habilidades a serem adquiridas pelos egressos.

Os professores acompanharão o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Especial atenção será dada às atividades complementares e estágios. Caberá aos professores, além da realização das tarefas regulares de docência e avaliação, serem tutores na orientação e acompanhamento do aluno em suas atividades interdisciplinares, extra-curriculares e de estágio. O número de discentes que cada tutor deverá acompanhar será definido pela Comissão de Graduação do Curso Políticas Públicas.

Nas atividades de ensino-aprendizagem os docentes, especialmente aqueles responsáveis pelas disciplinas de metodologia, manterão intensa interação e o diálogo com o aluno, estimulando seu espírito crítico, criatividade e autonomia intelectual. No processo

de ensino-aprendizagem serão utilizadas metodologias e tecnologias informacionais que darão suporte ao trabalho pedagógico presencial e que funcionarão como espaços de mediação, sinergia e “plataformas de conhecimento”. Entre estas, podem ser citadas as que já se encontram disponíveis na Universidade, no Centro de Processamento de Dados (CPD) e outras que vêm sendo usadas por professores do IFCH em diversas disciplinas, como a construção de páginas virtuais interativas que usam a estrutura WIKI de livre acesso.

8.2 ENSINO-APRENDIZAGEM: AVALIAÇÃO

Através do processo de avaliação os docentes deverão buscar evidências do grau atingido pelos alunos do curso Políticas Públicas na aquisição das competências e habilidades previstas para serem adquiridas pelos egressos. Os indicadores utilizados para a realização da avaliação serão os seguintes:

- domínio da bibliografia teórica e metodológica básica;
- autonomia intelectual;
- capacidade de diálogo e ação multidisciplinar;
- destreza na comunicação escrita e oral, através de expressão clara, argumentação lógica e coerente;
- capacidade analítica;
- competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática pública;
- iniciativa para a promoção de parcerias e intercâmbios com entidades e instituições de ensino e pesquisa;
- competência técnica (inclusive, em informática) para coleta, processamento e análise de dados e indicadores sociais diversos.

A aprovação do aluno em cada disciplina resultará de seu desempenho satisfatório nas atividades curriculares e a sua frequência em cada atividade curricular, conforme previsão regimental.

Na avaliação do desempenho discente no Estágio Curricular é responsabilidade do professor responsável, de forma sistemática e contínua, deverá considerar os seguintes aspectos: atendimento às exigências de frequência; cumprimento das atividades de Estágio Curricular; capacidade de aplicação de conhecimentos à prática.

A avaliação do rendimento dos alunos do curso Políticas Públicas segue as normas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para este fim, especialmente a Resolução nº17 de 2007. De acordo com as normas vigentes, os Planos de Ensino das disciplinas

propostas devem descrever, de forma minuciosa, os procedimentos, instrumentos e critérios de avaliação, diferenciados e adequados aos objetivos, conteúdos e metodologias relativas a cada disciplina.

9 DEPARTAMENTOS ENVOLVIDOS COM O PROJETO

Os departamentos de Antropologia, Ciência Política e Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), são os proponentes do projeto de criação do curso de *Bacharelado em Políticas Públicas*. Além deles, outros departamentos da Universidade colaborarão através do oferecimento de disciplinas específicas do projeto. São eles: (1) Departamento de Ciências Econômicas - Economia e Relações Internacionais; (2) Departamento de Ciências Administrativas - Administração Pública e (3) Departamento de Estatística. No decorrer do curso, outros departamentos poderão vir a ser convidados a integrar-se ao projeto, se forem criadas novas disciplinas não oferecidas agora.

Cada departamento do IFCH contribuirá com o desenvolvimento do curso, segundo suas especificidades e experiência acumulada nas áreas e temas envolvidos no *Bacharelado em Políticas Públicas*.

O Departamento e o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) têm longa tradição em estudos e pesquisas relativos: (1) aos Direitos Humanos, cidadania e política no campo das políticas sociais; (2) à etnicidade e identidade; (3) à urbanização, sociedade e cultura, que aborda as dinâmicas sociais e culturais nos contextos urbanos.

O Departamento e o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPOL) desenvolvem suas atividades de ensino e de pesquisa em quatro grandes áreas de conhecimento e respectivas linhas de pesquisa: (1) Cultura Política e Opinião Pública, nas quais desenvolve-se uma reflexão sobre a configuração das culturas políticas e sua relação com a democracia; (2) Partidos, Eleições e Instituições Políticas Comparadas enfocam questões de representação eleitoral e *accountability*, com foco no executivo e no legislativo nos três níveis de governo; (3) Política Internacional tematiza as questões relacionadas à sociedade e à política e finalmente, (4) Teoria Política e Pensamento Social abordam as relações entre a sociedade e a política.

O Departamento e o Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) concentram suas atividades em cinco áreas de conhecimento as quais vinculam-se as linhas de pesquisa: (1) Sociologia do Trabalho, que analisa a problemática do trabalho nas sociedades contemporâneas e aborda temas relacionados às desigualdades econômicas; (2) Sociedade e Conhecimento, na qual analisam-se as principais transformações científicas e tecnológicas ocorridas na sociedade contemporânea; (3) sociedade, participação social e políticas públicas aborda as relações entre o Estado e a sociedade na

formulação e na implementação de políticas públicas e sociais; (4) violência, cidadania e direito aborda a problemática da violência e da conflitualidade na modernidade tardia e, (5) finalmente, sociedade e agricultura que aborda os problemas relacionados às transformações no meio rural brasileiro, seus impactos nos processos sociais, bem como as políticas públicas na área rural.

A criação do Curso Políticas Públicas resultou da convergência de interesses dos três departamentos envolvidos em formar novo tipo de profissional que está sendo demandado pela sociedade nacional. Um profissional polivalente, com capacidade teórico-metodológica para, por um lado, realizar diagnósticos rigorosos dos problemas sociais e político-institucionais que afetam a população, particularmente, aquela parte que está excluída do acesso à participação política e a bens e serviços culturais e sociais. Por outro, o analista deverá ser capaz também de assessorar e dirigir processos de planejamento e ações que visem alterar a realidade social e política no sentido de tornar as instituições e o acesso a bens e serviços sociais mais democráticos.

Os novos docentes, a ser futuramente contratados, deverão ter conhecimentos: (1) em antropologia, ciência política, sociologia, economia, administração e história das políticas públicas; (2) dos instrumentos de análise da realidade; (3) das bases jurídicas e econômicas sobre as quais as políticas públicas se desenvolvem; (4) das políticas sociais do Brasil e de outros países; (5) de planejamento, programação e de gestão; (6) de gestão de recursos humanos; (7) específicos como expressão oral e escrita, idiomas, informática.

10 CORPO TÉCNICO E DOCENTE

10.1 PESSOAL TÉCNICO

O Instituto de Filosofia e Ciências Humanas possui 45 servidores técnico-administrativos, distribuídos em áreas de secretaria administrativa, Comissões de Pesquisa, Extensão e Graduação, Departamentos e Programas de Pós-Graduação, informacional, de apoio à centros e núcleos de pesquisa e Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades. Maioria expressiva dos servidores (62,2%) possui formação superior, sendo que 17,8% em nível de pós-graduação. Proporção próxima à metade (44,4%) dos servidores lotados no Instituto realizam atividades diretamente ligadas ao ensino de graduação, na Biblioteca Setorial, atendimento no Laboratório de Informática, três Comissões de Graduação, cinco Departamentos e recepção do prédio de aulas.

Para a viabilização do curso necessita o corpo técnico do IFCH deverá ser ampliado. Caberá a ele propiciar as condições para o funcionamento do curso durante o período noturno, garantindo a segurança de alunos, de professores e do patrimônio da universidade e a limpeza dos prédios bem como o auxílio na instalação de equipamentos (*notebooks* e

data-show) nas salas de aula, sua manutenção e cuidado. Esse pessoal de apoio deverá ser treinado para auxiliar os docentes e alunos na utilização de equipamentos eletrônicos. Atualmente as três Comissões de Graduação do Instituto contam apenas com um funcionário, o que já é considerado como insuficiente para o acompanhamento dos cursos de História, de Ciências Sociais e de Filosofia. Com o novo curso o apoio técnico às Comissões de Graduação deverá ser reforçado, tendo em vista a aumento das tarefas com a criação do curso Políticas Públicas e com as dificuldades inerentes à implantação de um novo curso.

10.2 PESSOAL DOCENTE

Os três Departamentos proponentes têm atualmente 65 professores, assim distribuídos: Antropologia, com 14 docentes, um deles substituto; Ciência Política, 19 professores, quatro deles substitutos; Sociologia, 32 docentes, cinco deles substitutos. Dos 55 professores efetivos, apenas quatro não são doutores e 36, além dos encargos no Curso de Ciências Sociais, compõe o corpo docente fundamental dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia, Ciência Política e Sociologia e do Mestrado em Relações Internacionais do IFCH, os quais, juntos, têm 325 alunos matriculados.

O corpo docente envolvido na criação do Curso de Políticas Públicas é integrado por profissionais com formação pós-graduada, adquirida em IES nacionais e estrangeiras, em diversas áreas de conhecimento. Em sua grande maioria, possuem formação especializada em uma das três áreas das Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Os docentes de Relações Internacionais provêm dessas áreas assim como do Direito, da Economia, da História e da Geografia, dada sua natureza multidisciplinar.

O novo curso, além desses docentes, necessitará contar com um novo perfil de docente, cujas características principais serão sua formação multidisciplinar, domínio de métodos e técnicas de pesquisa e competência para atuar no campo das políticas sociais, como Assessores, Consultores, Planejadores e Analistas em Organizações Governamentais e Não-Governamentais.

11 INFRA-ESTRUTURA

11.1 ÁREA FÍSICA

As salas de aula dos cursos de graduação são compartilhadas com diversos cursos da Universidade. As aulas do curso Políticas Públicas serão alocadas nas salas de aulas da Universidade, preferencialmente no Campus do Vale. O espaço físico de uso exclusivo do Instituto de filosofia e Ciências Humanas é de 4.813 m². Distribuídas nesta área estão as

diversas salas de apoio administrativo, coordenação, reuniões, auditórios, laboratórios, grupos e núcleos de pesquisa, sala de professores, salas de aula das Pós-Graduações, sanitários e Biblioteca, conforme pode ser observado no quadro abaixo.

O Instituto conta com um Laboratório de Informática, aberto a todos os seus alunos, com computadores conectados à internet. O Laboratório tem como objetivos adequar a utilização da microinformática aos estudos dos alunos, através da exploração de diversos programas aplicativos; dar atendimento e acompanhamento a alunos e docentes; apoiar a realização de cursos específicos (especialização ou de curta duração); atualizar o Instituto com novos programas, equipamentos e bibliografia relacionada à microinformática.

Dependência do IFCH	Salas	Capacidade
Auditórios*	04	280 lugares
Laboratórios de Informática	06	100 computadores
Laboratórios Interdisciplinares	15	25 alunos
Sala de Direção	02	6 pessoas
Sala de Leitura/ Biblioteca**	01	30 pessoas
Salas de Apoio - Secretaria Geral IFCH	02	4 pessoas
Salas de Apoio Administrativo	07	
Salas de Aula PPGs	07	35 lugares
Salas de Coordenação	06	6 pessoas
Salas de Professores	49	
Sanitários	06	

* Com estrutura para videoconferências

**Dispõe de 07 computadores para busca on-line

11.2 RECURSOS MATERIAIS E INFORMACIONAIS

Os recursos materiais e informacionais do IFCH que estarão disponíveis para uso dos professores e alunos do curso Políticas Públicas são áudio-visuais, destinados ao registro e reprodução de sons e imagens; computadores de mesa e portáteis; impressoras e scanners, distribuídos de acordo com o quadro abaixo.

Equipamento	Quantidade
Câmara de vídeo	02
CPUs	331
Datashow	25
DVDs	05
Filmadoras	13
Gravador de DVDs	02
Gravadores	17
Impressoras	181
Mesa de som	02
Monitores	340
Notebooks	26
Retroprojetores	16
Scanners	28
TVs	14

12 BIBLIOTECA

O Instituto conta com os recursos oferecidos pelo sistema de bibliotecas da UFRGS - 688.406 livros e 14.763 títulos de periódicos - e Portal de Periódicos da Capes. Além disso, há um grande acervo de obras especializadas na Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades, com um total de 109.428 livros e 1.704 periódicos sendo que desses 867 são correntes. Os livros estão assim distribuídos por assunto:

- História: 16.384
- Ciências Sociais: 9.045
- Filosofia: 9.014
- Ciências Política: 8.030
- Sociologia: 6.273
- Antropologia: 4.365

Os periódicos estão assim distribuídos:

- Ciências Sociais: 232 correntes e 169 não correntes
- História: 138 correntes e 161 não correntes
- Sociologia: 130 correntes e 57 não correntes
- Filosofia: 111 correntes e 81 não correntes
- Antropologia: 81 correntes e 54 não correntes
- Ciência Política: 73 correntes e 53 não correntes

Os Programas de Pós-Graduação do Instituto mantêm atualizado o acervo bibliográfico da Biblioteca Setorial (obras de referência, obras temáticas, nacionais e estrangeiras e atualização de coleção de periódicos, nacionais e internacionais).

Conta ainda com acervo do Centro de Documentação Social (CDS) e do Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata (CEDEP). O primeiro, criado em 1984, é um centro de pesquisa e documentação dos movimentos sociais de trabalhadores e, particularmente, do movimento sindical no Rio Grande do Sul. Seu acervo é composto por documentos e bibliografia dos antigos Mestrado em Sociologia Rural e Núcleo de Informação em Sociologia; documentos da ONG Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional/FASE; Acervo Carmem da Silva (documentos sobre o movimento feminista no RS). O segundo, criado em 1983, é especializado em temas relativos às Relações Internacionais, Integração Latino-americana e Mercosul.

13 IMPLANTAÇÃO

O curso Políticas Públicas será oferecido, integralmente, no turno noturno e deverá ter início no primeiro semestre de 2010, fechando um primeiro ciclo completo de oito semestres em 2013/2. Uma projeção para a oferta de disciplinas considerando o (1) fluxo de disciplinas obrigatórias, segundo as etapas previstas para cada uma, (2) uma oferta mínima de disciplinas eletivas nas duas áreas de concentração (Políticas Sociais e Governo), (3) Estágios Curriculares e, (4) Trabalhos de Conclusão, pode ser examinada no quadro abaixo:

	2010-1	2010-2	2011-1	2011-2	2012-1	2012-2	2013-1	2013-2
OBR	Pol.Publicas Introdução	Análise e Impl. de Pol. Soc.	Pol.Publicas Introdução	Análise e Impl. de Pol. Soc.	Pol.Publicas Introdução	Análise e Impl. de Pol. Soc.	Pol.Publicas Introdução	Análise e Impl. de Pol. Soc.
	Instituições Pol. Comparadas	Governo e Políticas Públicas	Instituições Pol. Comparadas	Governo e Políticas Públicas	Instituições Pol. Comparadas	Governo e Políticas Públicas	Instituições Pol. Comparadas	Governo e Políticas Públicas
	Políticas Soc. Comparadas		Políticas Soc. Comparadas	Met. I	Políticas Soc. Comparadas	Met I	Políticas Soc. Comparadas	Met I
			Governo, Federalismo e Pol. Pub. No BR		Governo, Federalismo e Pol. Pub. No BR	Economia do Setor Público	Governo, Federalismo e Pol. Pub. No BR	Economia do Setor Público
			Etnografia Poder		Etnografia Poder		Etnografia Poder	
					Met II		Met II	
OBR -ALT					Estágio 1	Estágio 2	Estágio 1	Estágio 2
							TCC1	TCC2
ELE	6	6	10	10	12	17	15	15
	9	8	16	13	19	16	23	21

A inauguração do curso, com o ingresso de alunos e oferta de disciplinas, deverá ser precedida por um ciclo de atividades preparatórias, que ocorrerão ao longo de 2009, visando divulgar a sua criação e recolher elementos e subsídios que contribuam para reforçar a perspectiva aplicada a ser conferida à formação e treinamento do Analista em Políticas Públicas. Painéis e conferências públicas serão realizadas e contarão com a presença de pesquisadores renomados sobre a temática, autoridades governamentais, dirigentes do Poder Legislativo, representantes de consultorias e organizações não-governamentais relacionadas ao monitoramento de políticas públicas (PNUD, Transparency International) e empresas de sondagem de opinião pública.

Nos dois primeiros anos será criada uma ampla rede de parcerias e convênios com instituições públicas, órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, Poder Legislativo, organizações não-governamentais, associações civis, empresariais, partidos

políticos, imprensa, agentes econômicos, que permitam, a partir de 2012 a absorção de alunos para a realização de Estágios curriculares.

Quanto a expansão do corpo docente, por decisão do Conselho do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, foram alocadas sete das 10 vagas atribuídas pelo Programa Reuni ao IFCH, para a implantação do curso Políticas Públicas. Essas vagas deverão ser distribuídas conforme a participação proporcional de cada Departamento na oferta de disciplinas obrigatórias no novo curso. A aprovação unânime da criação do novo curso nos três departamentos proponentes (Sociologia, Ciência Política e Antropologia) é de grande importância e uma garantia de seu empenho para o êxito do projeto. Por outro lado, as novas vagas docentes disponíveis deverão ser acrescidas de outras para assegurar a oferta de disciplinas necessária para o cumprimento das metas previstas. O conjunto de disciplinas eletivas, distribuídas em básicas, estruturantes e aplicadas, deve ter sua oferta assegurada como condição para cobrir todo o escopo temático de “políticas públicas”, sem sacrificar a dimensão aplicada do curso que constitui o diferencial de outros cursos tradicionais de humanidades. Sem novas vagas docentes, pode-se correr o risco de limitar a oferta de disciplinas profissionalizantes, fundamentais para a formação do novo profissional.

O suporte administrativo necessário para o funcionamento do curso demandará a contratação de servidores técnico-administrativos. Caberá a eles assegurar o cumprimento das seguintes atividades: (1) Comissão de Graduação; (2) Biblioteca; (3) Portaria; (4) Laboratórios Informativos, (4) reforço da Secretaria dos Departamentos, considerando a ampliação nas atividades demandadas a partir da criação de um novo curso.

Serão necessários, também, novos recursos materiais que permitam formação e treinamento adequados dos futuros egressos, tais como: (1) equipamentos de projeção com Data-Show e telas especiais, bem como pontos de acesso em banda larga à Internet em salas de aulas; (2) Laboratório de Informática, com 30 terminais e programas de análise de dados, como SPSS, SAS, em rede; (3) expansão do acervo da Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades, com o reforço de volumes e periódicos nas áreas de Políticas Públicas, Políticas Sociais, Instituições Políticas Comparadas, Metodologia Quantitativa e acesso a bancos de dados; e, (4) Sala de videoconferência e equipamento apropriado.

Futuramente quando se atingir a consolidação das atividades de ensino e a implantação de uma infra-estrutura adequada, será possível, considerando a necessidade de formar um grande número de Analistas em Políticas Públicas, será possível planejar atividades em módulos específicas de ensino à distância (EAD), complementares ao curso presencial.

De forma resumida, pode-se visualizar o seguinte cronograma de atividades relacionadas à implantação do curso de Políticas Públicas:

	2009	2010	2011	2012	2013
Tramitação nos órgãos UFRGS					
Interlocução Política e Social					
Redes de Convênios para Estágios					
Infra-estrutura					
Oferta disciplinas – ciclo completo					
Módulos de Ensino à Distância					
Conclusão primeira turma					

REFERÊNCIAS

- CASTRO, Jorge Abrahão de; RIBEIRO, José Aparecido; CHAVES, José Valente; DUARTE, Bruno de Carvalho; e, SIMÕES, Helene Barbosa. 2007. Gasto social e política macroeconômica: trajetórias e tensões no período 1995-2005. Texto para Discussão [1324]. Brasília, IPEA.
- DRAIBE, Sônia. 2002. Proteção social após vinte anos de experiência reformista. Taller inter regional. PNUD/UN Santiago, Chile.
- FERNANDES, M. Alice da Cunha; ROCHA, Denise C. Correa da; OLIVEIRA, Margarida M. Souza de; RIBEIRO, José Aparecido Carlos; AQUINO, Luseni M. Cordeiro. 1998. Gasto Social das Três Esferas de Governo - 1995 Texto para Discussão [598]. Brasília, IPEA.
- IBGE. 2008. http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/ [on line].
- MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana e SOARES, Fábio. 2007. Programas focalizados de transferência de renda no Brasil: contribuições para o debate. Texto para Discussão [1283]. Brasília, IPEA.
- TILLY, Charles. 2007. *Democracy*. New York: Cambridge University Press.